

Exército adverte pais contra

omia

JORNAL DO BRASIL

politização da educação

Cleber Praxedes

BRASÍLIA — O Ministério do Exército denunciou, em seu noticiário do dia 28 de fevereiro, "a politização da educação", que leva os professores a exercer suas funções como "verdadeiros ativistas políticos e ideológicos". O noticiário recomenda aos pais constante vigilância sobre o tipo de mensagem que a escola e os livros vêm transmitindo aos alunos. Sem exibir qualquer documento que prove a denúncia, feita em forma de editorial sob o título Alerta aos pais e educadores, o noticiário já circulou em todos os quartéis, como é de praxe, e agora começa a vazar para o público externo.

O coronel Luis Gastão Buchalski Lopes, do Centro de Comunicação Social do Exército, disse que há alguns meses o Exército vem recebendo reclamações de pais de alunos sobre a bibliografia adotada nas escolas. "Ao ter conhecimento das denúncias, o Exército resolveu tomar sua posição. Não vamos polemizar", explicou o coronel. O coronel Eliomar Peixoto Santos acrescenta que o editorial é dirigido aos pais e educadores em resposta às reclamações recebidas pelo Exército.

"Muitas de nossas escolas abrigam alguns profissionais que, arraigados em seus valores e ideais, como únicas e definitivas verdades, perderam a magnitude e a beleza de sua nobre missão: formar personalidades livres de idéias preconcebidas", afirma o editorial. De acordo com o noticiário do Exército, os

professores, exercendo suas cátedras como "verdadeiros ativistas políticos e ideológicos, influenciam negativamente a formação de nossos filhos que, não possuindo o amadurecimento adequado para julgarem a verdadeira dimensão dos fatos, correm o sério risco de abraçarem valores por indução e não por opção".

O presidente da Associação dos Docentes de Ensino Superior (Andes), o professor de Fisiologia Carlos Eduardo Malhado Baldijão, não concorda com a posição do Exército. Segundo ele, educação é um ato político, mas não partidário. "É bom ficar claro que politizar uma questão significa abordá-la sob diferentes ângulos e suas possíveis implicações. O ato de educar procura desenvolver a criatividade do aluno. Afinal de contas, não existe só uma visão de mundo. A escola tem que ser plural", explicou. De acordo com Carlos Eduardo, "a única maneira de se formar cidadãos críticos e conscientes é dar-lhes uma educação politizada".

Para o Exército, no entanto, "o magistério sectário e ideológico, na ânsia de ganhar espaços para prosseguir em sua ação", utiliza-se de todos os meios disponíveis, entre os quais sobressai a própria cátedra e bibliografia utilizada. "Por meio delas e adotando termos e idéias-força simplistas como dominação X resistência, opressor X oprimido, capital X trabalho, procuram atingir a sociedade, as instituições e a história pátria". O editorial sugere que "os pais mantenham constante vigilância sobre o tipo de mensagem que a escola e a

bibliografia vêm transmitindo a seus filhos".

"Estou de acordo que os pais se aproximem da escola, pois isso pode desmistificar a informação de que as escolas são espaços sectários-politizados. A aproximação dos pais é defendida pelos professores", afirmou o presidente da Andes. "O aluno na universidade não é bobó. Ele sabe o que ouve. Não podemos subestimar a inteligência do aluno ao pensar por atitudes sectárias e não científicas", acrescentou.

Para a coordenadora do curso de Graduação em Pedagogia da Universidade de Brasília, Regina Prazeres Moreira, não existe qualquer policiamento de professores sobre os alunos na universidade. "De jeito nenhum. Nossa linha é de muita liberdade de pensamento." A vice-diretora da Faculdade de Educação, Leda Barreiro, por sua vez, explicou que para tomar uma posição como essa, o Exército precisa mencionar a bibliografia. "É muito fácil falar. Com base em que? Essa é uma opinião do Exército", argumentou.

A Presidência da República não quis fazer qualquer comentário sobre a denúncia do Exército. O secretário-adjunto de Imprensa do Palácio do Planalto, Pedro Luis Rodrigues, disse que o assunto está vinculado ao Ministério da Educação. "Aqui só tratamos de assuntos ligados diretamente à Presidência da República", disse ele. O Ministério da Educação, por sua vez, também não quis fazer qualquer pronunciamento sobre o assunto.